

1 No dia 27 de setembro de 2012, na sala T13 do Edifício Marie Prendi Cruz, sito à SEP  
2 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília – DF, foi realizada a 16ª Reunião Extraordinária da  
3 Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes os seguintes  
4 membros da Comissão: Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti** (Presidente), Secretário de  
5 Biodiversidade e Florestas, a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (titular), Sr.  
6 **Lídio Coradin** (suplente) representantes do Ministério do Meio Ambiente; Sra. **Maria**  
7 **Nilda Augusta Vieira Leite** (suplente) representante do Instituto Brasileiro do Meio  
8 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **Kleber Souza dos Santos**  
9 (titular) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;  
10 Sr. **Eric Arthur Bastos Routledge** (Titular) representante do Ministério da Pesca e  
11 Aquicultura – MPA; Sra. **Cristina Antonieta del Bosco** (suplente) representante do  
12 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; Sr. **Marco Aurélio Pavarino**  
13 (Titular) representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Sr. **Paulino**  
14 **Franco de Carvalho Neto** (titular) representante do Ministério das Relações Exteriores  
15 - MRE; Sra. **Marcia Chame dos Santos** (titular) representante do Ministério da Saúde -  
16 MS; Sr. **Nelson Ananias Filho** (titular) e Sr. **João Carlos de Pedtribu de Carli Filho**  
17 (suplente) representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;  
18 Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente) representante da Confederação Nacional da  
19 Indústria – CNI; Sr. **Alberto Marques Santos** (suplente) representante da Confederação  
20 Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; Sr. **Philip Martin Fearnside**  
21 (suplente) representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.  
22 Também estavam presentes nesta reunião a Sra. **Patrícia Medeiros** representante do  
23 Ministério da Defesa – MD, Sr. **Vinicius Oliveira Ribeiro** representante do Ministério  
24 do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, a Sra. **Juliana Carvalho Frota**  
25 **Mattos** e o Sr. **Luciano Filho** membros da Secretaria Executiva da CONABIO. A pauta  
26 da reunião compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA  
27 PAUTA; 3. APROVAÇÃO DAS ATAS da 48ª Reunião Ordinária e 49ª Reunião  
28 Ordinária; 4. ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO, 4.1. Reunião preparatória para COP11.  
29 5. ENCERRAMENTO. O Sr. **Roberto Cavalcanti** iniciou a reunião às 10h30, saudou  
30 os membros presentes e informou que esta reunião é muito importante, pois está se  
31 aproximando a Reunião da Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade –  
32 COP11 em outubro de 2012. Solicitou que fosse incluído na pauta: apresentação para o  
33 Conselho da posição do Governo Brasileiro sobre as Metas de Aichi e o que será levado  
34 para Hyderabad na COP 11 e o estado atual das negociações dentro e fora do governo,  
35 sobre as Metas de Aichi, tendo em vista o estado atual das negociações e recomendações  
36 emitidas pela CONABIO nas últimas três reuniões. Foram aprovadas as Atas da 48ª e  
37 49ª Reuniões Ordinárias. Informou que após a 49ª Reunião Ordinária da CONABIO, em  
38 que os membros apresentaram suas considerações sobre as Metas de Aichi, houve uma  
39 reunião com o Ministério do Planejamento, onde foram discutidas tais considerações.  
40 São elas: Quanto à Meta 11, essa foi a única em que não se alcançou um acordo. Para a  
41 Meta 3 deve haver um planejamento de quais incentivos deverão ser priorizados para o  
42 atingimento dessa meta. A árvore de problemas elaborada pelo Ministério do  
43 Planejamento identifica os pontos de pressão aonde as Metas de Aichi se rebatem sobre  
44 as ações do Governo Brasileiro e é instrumento de interesse para a internalização pela  
45 CONABIO. . O Sr. **Roberto Cavalcanti** sugeriu encaminhar para Hyderabad a  
46 informação de que a Meta 11 está sendo discutida internamente. A Sra. **Daniela**  
47 **Oliveira** recordou que, em 2006, a CONABIO deliberou a respeito das Metas

48 Nacionais de Biodiversidade para serem atingidas em 2010. Nesse documento a  
49 CONABIO havia estabelecido que com relação ao plano estratégico dever-se-ia chegar a  
50 30% de áreas protegidas na Amazônia e 10% nos outros biomas e defendeu que as metas  
51 para 2010 deveriam ser mantidas para 2020. O Sr. **Roberto Cavalcanti** informou que  
52 atualmente existem 26,1% de cobertura vegetal da Amazônia em unidades de  
53 conservação, excluindo as terras indígenas, somando-se as duas têm-se 48,3%. Os  
54 outros biomas estão sub-representados, a Caatinga está com 7,3%, o Cerrado com 8,2%,  
55 a Mata Atlântica com 9%, o Pampa 2,7%, e o Pantanal 4,4%, enquanto que a região  
56 Amazônica supera as Metas de Aichi. Lembrou que o Brasil assumiu um compromisso  
57 internacional na Rio+20 de trabalhar para um tratado de conservação dos recursos da  
58 biodiversidade marinha. Sugeriu que a CONABIO aprove a Meta 11, sendo que a  
59 internalização dessa meta ainda vai ser objeto de desdobramento e considera a posição  
60 do setor agrícola de incluir as APPs e reservas legais legítimas. Ressaltou que não houve  
61 divergências entre as propostas da Sociedade Civil e a CONABIO. Sobre a Meta 11,  
62 colocou que a Sociedade Civil apresentou propostas que vão bastante além, propondo  
63 40% para a Amazônia, 20% para todos os biomas terrestres. A posição da Ministra é de  
64 que será praticamente impossível de o Governo se comprometer no atingimento desses  
65 valores até 2020. A Sra. **Marcia Chame** afirmou que se devem ampliar as áreas de UCs  
66 e que, embora se diga que a Caatinga tem 7% de áreas protegidas, na verdade apenas 1%  
67 é de proteção integral. Os outros 6% têm o uso extremamente intenso. Observou que é  
68 fundamental que haja planejamento de ocupação e desenvolvimento, e que é necessário  
69 agregar a conservação no processo do planejamento. O Sr. **Kleber dos Santos** informou  
70 que existe uma nova unidade da Embrapa que chamada Embrapa Gestão Territorial  
71 empenhada na questão dos espaços para as atividades produtivas, no caso, agrícolas.  
72 Notou que essa nova unidade da Embrapa trata da questão das terras indígenas, das  
73 áreas de quilombolas, das áreas agrícolas, e da demanda de abastecimento do País.  
74 Reforça que as áreas de preservação permanente e as reservas legais realmente entrem  
75 na contabilidade de áreas protegidas, com a finalidade de favorecerem a conectividade  
76 de paisagens, a integração e principalmente interajam com as áreas privadas tendo em  
77 vista o custo de oportunidade do agricultor. O Sr. **Philip Fearnside** acrescentou que  
78 antes de se fixar metas de áreas protegidas para a Amazônia ou qualquer outro bioma,  
79 deve-se primeiro definir o que está sendo contabilizado nessas áreas, como as APPs e  
80 terras indígenas. O Sr. **Eric Routledge** se apresentou como novo membro do Ministério  
81 da Pesca e Aquicultura e manifestou sua preocupação com relação à capacidade de  
82 fiscalizar e fazer cumprir todo o arcabouço legal existente, levando em consideração a  
83 necessidade de se evitar a sobre-exploração de espécies e a necessidade de recuperação  
84 de espécies sobre-explotadas. Colocou em evidência também a necessidade de se situar  
85 em termos dos indicadores. Acrescentou que o Governo deve ser mais conservador em  
86 relação às metas e não estabelecer alvos como 40% de áreas de proteção que, sabe-se de  
87 antemão, não serão cumpridas. Existe também a necessidade de conhecer a real situação  
88 dessas áreas protegidas, se foram criadas, se existe plano de gestão e de como estão  
89 sendo efetivamente gerenciadas. Explicitou preocupação quanto à pesca artesanal,  
90 principalmente a costeira, onde existe pressão sobre os estoques pesqueiros de forma  
91 consistente. O Sr. **Nelson Ananias Filho** ressaltou a importância de se levar em  
92 consideração o novo Código Florestal para o estabelecimento da Meta 11 e que o  
93 Cadastro Ambiental Rural-CAR será um instrumento importante para quantificar as  
94 áreas que poderão ser consideradas como áreas protegidas. O Sr. **Marco Pavarino**  
95 ressaltou o fato de que ainda não houve consenso em relação à inclusão das áreas de

96 APP e reserva legal como áreas protegidas e questionou como isso será tratado na COP  
97 11 e no âmbito da CDB. O Sr. **Roberto Cavalcanti** explicou que o que está sendo  
98 proposto ao Itamaraty é que o Brasil irá atingir as 20 Metas de Aichi sendo que duas  
99 dessas metas ainda estão em processo de internalização. Essa internalização depende de  
100 diálogos que ainda não foram concluídos com diversos grupos, o setor privado, das  
101 terras indígenas e comunidades tradicionais, os quais deverão ser formalmente  
102 consultados sobre sua adesão e participação no atingimento dessas metas. O Sr. **Paulino**  
103 **Franco** explicou que a mensagem que o Itamaraty irá levar para a COP 11 será uma  
104 mensagem positiva em relação ao Brasil e o atingimento das Metas de Aichi. Porém,  
105 ressaltou que o Brasil já assumiu internacionalmente o compromisso de atingimento das  
106 20 Metas de Aichi. Deve ser ressaltado que o processo de internalização das metas  
107 ainda está sendo discutido e que esse é um processo participativo, como foram os  
108 Diálogos sobre Biodiversidade. O Sr Vinicius Ribeiro Oliveira esclareceu que o  
109 Ministério do Planejamento não é o responsável pelo plano de ação governamental para  
110 conservação da biodiversidade, nem pretende assumir competências da CONABIO. O  
111 Ministério atua na elaboração da metodologia para construção do plano de ação e da  
112 árvore de problemas, que esteve restrito ao MMA e vinculadas. Esclareceu também que  
113 os demais ministérios seriam envolvidos no processo no mês seguinte. A Sra. **Daniela**  
114 **Oliveira** informou que foi entregue aos membros a nota técnica elaborada pelo  
115 Departamento de Áreas Protegidas com os percentuais de unidades de conservação de  
116 categorias de proteção integral e de uso sustentável para os diferentes biomas e nas áreas  
117 continental e marinha. Reforçou que a CONABIO já havia aprovado o documento das  
118 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010, no qual, sob o componente 2 da Política  
119 Nacional de Biodiversidade, dentro do objetivo “promover a conservação de  
120 biodiversidade biológica dos ecossistemas, habitats e biomas”, a Meta 2.1 diz: “Pelo  
121 menos 30% do bioma Amazônia e 10% dos demais biomas e da zona costeira e marinha,  
122 efetivamente conservados por unidades de conservação do Sistema Nacional de  
123 Unidades de Conservação”. Colocou que a CONABIO deveria continuar defendendo  
124 essa meta estabelecida para 2010 alcançável até 2020. O Sr. **Roberto Cavalcanti** propôs  
125 colocar em votação os seguintes pontos, dentro da “Estratégia de internalização das  
126 Metas de Aichi” no âmbito da CONABIO: 1) Até 2013, atualizar e aprimorar a  
127 Estratégia Nacional com o apoio das análises do Ministério do Planejamento junto aos  
128 setores governamentais e dos resultados dos diálogos com a sociedade civil; 2) Elaborar  
129 indicadores para acompanhar a evolução do atingimento das metas, em especial da Meta  
130 11, a serem aprovados pela CONABIO; 3) Até 2013, atualizar o conjunto de Metas  
131 nacionais de biodiversidade tendo em vista os compromissos das Metas de Aichi e as  
132 necessidades de conservação e representação da biodiversidade brasileira para o SNUC.  
133 Esta proposta foi aprovada por unanimidade. O Sr. **Roberto Cavalcanti** agradeceu a  
134 presença de todos os membros e encerrou a reunião às 13:30hrs. Por solicitação do  
135 presidente, eu Juliana Carvalho Frota Mattos lavrei esta ata.

136  
137  
138  
139  
140

---

Secretária Executiva

---

Presidente da CONABIO